



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO X - Nº 161 - 1ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1998 - R\$ 1,00

O pacote do governo é uma imposição do FMI para defender os interesses norte-americanos diante da crise mundial. Atacará a economia (recessão) e as condições de vida e trabalho da população, destruirá ainda mais a saúde e educação, aumentará impostos e agravará o desemprego.

ABAIXO O PACOTE FHC/FMI!

Organizar a greve geral!

Nenhuma demissão! Escala móvel de horas de trabalho!

Nenhum imposto aos assalariados!

Que só os capitalistas paguem pela crise!

Fora o FMI do Brasil! Por uma Frente Única Antiimperialista!

O apoio do PT ao PSDB no 2º turno



Quinzena de Luta do Movimento Operário

Demissão em massa de eletricitários

A ELETROPAULO demitiu, no último dia 09/10, de uma só vez 1080 trabalhadores eletricitários nas unidades da grande São Paulo. A alegação é de que as demissões faziam parte de um plano de reestruturação da empresa.

A Eletropaulo, privatizada em abril, já havia demitido 1326 trabalhadores através do chamado 'Programa de Demissões Voluntárias'. Porém, este mecanismo não atingiu o número desejado pela empresa, pois muitos trabalhadores não aderiram ao programa, achando que não seriam demitidos, pois acreditavam que os patrões cumpririam a convenção coletiva da categoria, que previa a garantia do emprego até maio de 99. Ao chegarem para trabalhar, os funcionários encontraram seguranças armados para impedi-los de entrar na empresa. Diante desse ataque à vida dos trabalhadores, o Sindicato tirou como método de luta ingressar na justiça burguesa com uma ação judicial para tentar reintegrar os demitidos. Audiências e mais audiências, liminar expedida, liminar cassada, e, ao final de toda a farsa, estando os trabalhadores já cansados de tanto esperar que a justiça burguesa lhes devolvesse o emprego, a direção do Sindicato, completamente comprometida com os patrões e com Estado, foi aos trabalhadores para dizer que tentarão conseguir alguma migalha de indenização, para que estes não se sintam completamente 'injustiçados'. Já dissemos inúmeras vezes e não cansamos de repetir que os trabalhadores só conseguirão arrancar dos patrões as suas reivindicações, dentre elas manutenção do emprego, através de seus próprios métodos (greves, ocupações, manifestações, barricadas, etc.). Nada de acreditar na ilusão de que através das instituições burguesas (parlamento, judiciário, etc.), a classe operária conseguirá resolver seus problemas. É preciso também que os trabalhadores tenham em suas mãos, as bandeiras corretas para combater a burguesia e sua crise estrutural: **CONTRA O DESEMPREGO: ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO.**

Demissão temporária: mais um ataque à vida das massas

Uma das formas que o governo inventou para encobrir os altos índices do desemprego no país, e para acabar de vez com várias conquistas dos trabalhadores, como por exemplo a aposentadoria, foi a chamada demissão temporária. Através deste mecanismo, os empresários poderão suspender, os contratos de trabalho (Lay-Off) como forma de evitar - ou adiar - demissões por um determinado período, que eles chamam de 'períodos de crise ou retração da atividade econômica'. Em contrapartida, o governo pagaria uma espécie de 'seguro-desemprego' aos trabalhadores durante os meses que ficarem em casa. Para aplicarem as 'demis-

sões temporárias', os empresários estão esperando apenas o sinal verde do governo, que virá, provavelmente, através de MP. De olho na verba do FAT (Fundo de Apoio ao Trabalhador), que entrará nos cofres das Centrais Sindicais como verba para os 'cursos de qualificação' (A Força Sindical reclama que os 7 milhões mensais que recebe do governo é pouco), os dirigentes sindicais sentam-se na mesa com os patrões dizendo que 'as demissões temporárias não podem ser um negócio bom apenas para as empresas'. Como vemos, governo, patrão e burocracia sindical estão unidos para arrancar dos trabalhadores as mais elementares conquistas, descarregando nas costas da classe operária todo o peso da crise capitalista. Qual é nossa bandeira? Escala móvel das horas de trabalho. Como conquistá-la? Organizando os comitês de base e desenvolvendo a greve com ocupação de fábrica.

Centrais sindicais, governo e empresários formam pacto contra trabalhadores

Diante do pacote lançado pelo governo, que trará como consequência inevitável a elevação ainda maior dos índices de desemprego em todo o país, os dirigentes da CUT e Força Sindical estão fazendo reuniões secretas para construir um pacto, com o governo e empresários (contra os trabalhadores) para 'amenizar' os efeitos do desemprego. Uma das propostas discutidas é a redução dos salários do funcionalismo federal, categoria representada, em sua maioria, pela CUT. Ressalta-se que os salários dos federais já estão congelados desde o início do plano real, ou seja, há mais de quatro anos. Os pelegos (Paulinho, da Força e Marinho da CUT), de mãos dadas, falam em 'medidas compensatórias'. Os vendidos sabem que, com o pacote do governo, o desemprego crescerá ainda mais e se propõem distribuir as esmolas que o governo pode dar aos desempregados (cestas-básicas, parcela extra do seguro-desemprego, cursos de requalificação, etc). Chegam ao cúmulo de apresentar propostas ao governo para 'estimular determinadas áreas da economia'. Paulinho não se cansa de dizer que as duas Centrais Sindicais estão tentando construir uma 'visão comum' para enfrentar o momento atual. Nós dizemos que a única 'visão comum' que os trabalhadores podem ter para derrubar o pacote e a ofensiva do governo antinacional e antipopular de FHC/FMI e para não serem esmagados por eles é a construção da **GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO.**

Bancários mostram que estão dispostos a lutar

Os bancários demonstraram com a paralisação realizada no último dia 28/10, nas agências do centro, que estão dispostos a lutar. Os bancários pararam as ruas do centro durante todo o dia e em assembléia da categoria rejeitaram novamente a miséria de abono de 700 reais em troca de reajuste salarial. A direção do sindicato, com sua política de conciliação, está fazendo o jogo dos patrões, comprometendo-se até o pescoço, pois ao invés de mobilizar e preparar a greve geral da categoria, fica chamando os trabalhadores a fazer paralisações parciais, desgastando, assim, a disposição de luta dos trabalhadores. Os banqueiros apostam nesse desgaste e sabem, assim como a direção do sindicato, que paralisações-relâmpago não surtem efeito. Se, por um lado, a categoria está disposta a lutar, por outro, o sindicato não está disposto a organizar e mobilizar para a greve, enterrando, desta forma, as reivindicações dos bancários. Diante disto a categoria só tem duas saídas: Aceitar a política de conciliação do

Nacional



sindicato, que é a política levada a cabo por todos os organismos controlados pela CUT, ou rechaçar a proposta de miséria dos patrões e exigir que o sindicato chame imediatamente a greve geral da categoria.

Petroleiros rejeitam proposta patronal e promovem protestos por todo o país

Em campanha salarial, os 80 mil petroleiros (ativos e inativos) reivindicam 19,54% de produtividade, 35,72% de perdas e estabilidade no emprego. A proposta patronal, a exemplo dos banqueiros, é de um abono de 1,3% sobre o salário-base apenas para os trabalhadores da ativa. Que-

rem também acabar com um dos cinco turnos de trabalho, o que significa, na prática, mais demissões. Em assembleia, os petroleiros rechaçaram a proposta e fizeram um dia nacional de luta (22/10), com manifestações em todo o país, atrasando em duas horas a entrada nas refinarias. Entendemos que estas manifestações refletem o descontentamento da categoria com a política do governo de ataque as suas condições de vida. É preciso que estes protestos se generalizem e culminem, a exemplo da última greve histórica dos petroleiros, numa luta nacional para derrubar o plano de fome e miséria de FHC.

Segundo turno mostra divisão interburguesa crescendo e comprova o papel do PT

A imprensa burguesa ficou espantada com os resultados do 2º turno das eleições de 1998. Isso porque os candidatos mais identificados com o governo FHC nos estados mais importantes do país (exceto São Paulo) foram derrotados. A surpresa vem da vitória de FHC em primeiro turno, com larga vantagem sobre Lula. Haveria uma aparente contradição na atitude das massas entre os dias 4 e 25 de outubro.

Essa contradição aparente se explica pela grande unidade interburguesa ao redor da reeleição de FHC, que foi considerada uma condição para a continuidade do plano Real, ameaçado de falência abrupta pelo agravamento da crise mundial capitalista. No entanto, a unidade interburguesa não se repetiu nos estados, que foram o foco das disputas entre os bandos capitalistas pelo controle de suas respectivas fatias do Estado burguês. Os objetivos dos partidos capitalistas eram ganhar o maior número de governos possível, ampliar suas bancadas no Senado, Câmara e Assembleias Legislativas e, com isso, ampliarem sua força dentro do aparato estatal e negociar em melhores condições a aplicação das reformas antinacionais e antipopulares ditas pelo imperialismo.

O agravamento da crise econômica inviabilizou qualquer frente nacional das forças burguesas, que compareceram divididas desde o primeiro turno nos estados. O segundo turno destacou esse choque de inte-

resses.

A novidade no segundo turno foi a formação de uma frente nacional de apoio do PT ao PSDB. Nos estados onde o PSDB concorreu no segundo turno, o PT deu seu apoio, formal ou informalmente, mas sempre aberta e ativamente. Nos estados em que o PT concorreu pela segunda vez, estabeleceu alianças das mais espúrias, como Cristóvam Buarque, no Distrito Federal, que se juntou ao PSDB e PFL. Ou no Mato Grosso do Sul, onde o PT se juntou aos ruralistas. No caso de apoio ao PSDB, então, nem se fala. Em Goiás, a frente ao redor do candidato tucano agrupou desde o PT até o fascinora Ronaldo Caiado, ex-chefe da UDR.

O apoio do PT ao PSDB foi o elemento mais marcante desse 2º turno. Comprova a tese do POR, que tem afirmado o papel do PT na conjuntura, que não está em choque com o plano antinacional e antipopular do governo, coloca-se por "remendá-lo". Se ocorresse o contrário, se o PT se colocasse por combater (ainda que eleitoralmente) o governo FHC e seu partido no 2º turno, nossas colocações estariam questionadas. Mas o apoio aos candidatos e provável participação em seus governos mostra a compatibilidade do reformismo com o partido de FHC. E as alianças de todo tipo mostram que incorporou o pragmatismo fisiológico burguês, próprio dos partidos oligárquicos.

As correntes de esquerda, quase todas apoiadoras do reformismo des-

de o primeiro turno, calaram-se sobre o papel do PT neste segundo. O Trabalho chamou um voto nulo no PT, chamando a votar no 13, portanto sem condenar o PT pelo apoio ao PSDB. O PSTU soltou um manifesto de última hora pregando voto nulo, mas calou-se totalmente sobre o papel do PT. Seu jornal publicado entre os dois turnos ignorou completamente as alianças PT/PSDB (e até PFL). Qual foi sua posição no Distrito Federal, onde Cristóvam teve apoio dos partidos governistas e dos ministros de FHC, comparecendo como candidato oficialista? Vão dizer que seu apoio ao PT é diferente do apoio do PFL? Como explicam que não apoiaram o PT no primeiro turno pela aliança com o o PDT, mas apóiam no segundo, em frentes muito piores?

A defesa do voto nulo programático mostrou-se correta. Porque permitiu defender a independência de classe, o combate ao

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

plano e ao governo FHC, a denúncia da frasa da democracia burguesa e o programa da revolução proletária.

Novos rearranjos interburgueses

As eleições mostraram o avanço dos choques interburgueses. Uma parcela direitista da burguesia busca unir-se

para aumentar poder de barganha (PPB/PFL). O PSDB e PMDB mostram-se divididos entre a aliança direitista e uma frente mais à esquerda, com o PT e aliados. O PT teve

sua ala direitista fortalecida, e busca aproximação com setores do PSDB e PMDB. Tudo indica que a proposta de frente de centro-esquerda, derrotada nestas eleições, ganha força para as próximas, em virtude do agravamento da crise interburguesa. Itamar Franco tem se esmerado em se constituir num polo para essa aglutinação, que pretende representar os interesses de um setor da burguesia nacional mais afetada pelas medidas pró-imperialistas do plano e do pacote de FHC.

Esse rearranjo tende a acentuar a submissão do reformismo às frações burguesas e sua capitulação às pressões do imperialismo. Vai contaminar

as organizações de massa, na maioria encabeçadas pelos reformistas e aliados, e bloquear a ação unitária e nacional de massas para combater o governo e sua política de fome.

Está colocada a necessidade de travar uma dura luta em defesa das reivindicações das massas, em particular as de emprego e salário, e as relativas aos direitos sociais, que, se efetivada, levará ao combate antiimperialista e anticapitalista. A defesa da frente única antiimperialista e a estratégia da revolução e ditadura proletárias estarão colocadas juntamente à necessidade da construção do partido operário revolucionário.

O significado do apoio do PT ao PSDB

O PT procurou em alguns casos disfarçar seu apoio ao PSDB com a posição de "neutralidade". Não é preciso insistir o quanto a tal da "neutralidade" é falsa e hipócrita. Serviu de máscara para a ala mais à direita do partido (José Genuíno, Suplicy etc) comparecer ao lado de Mário Covas com o discurso de um pretense "antimalufismo". Finalmente, a "neutralidade" resultou em apoio ostensivo ao PSDB.

Terminada a votação, Mário Covas reconheceu que sua vitória dependeu em parte do PT. De fato, no primeiro turno alcançou por volta de 20% dos votos. A enorme frente constituída em torno do PSDB de São Paulo resuscitou a bandeira do antimalufismo. Os expoentes do PT se empenharam extraordinariamente na defesa de Covas. Lula que havia declarado sua neutralidade revelou, logo após os resultados do 2o turno, que votou no tucano porque era a melhor opção para São Paulo.

Em reconhecimento a apoio tão valioso, Covas ofereceu cargos ao PT em seu governo e se dispôs a constituir uma



Em Goiás, os partidos da "União do Povo" integraram a mesma frente com a UDR.

nova aliança, que na linguagem da política burguesa se denomina de "centro esquerda".

O maior sonho do PT, muito antes de lançar as candidaturas para o 1o turno, era de formar uma frente ampla de "centro esquerda". Sua estratégia não deu resultados porque a aliança nacional do PSDB com o PFL, PPB, PTB, de "centro direita", era a condição para se manter a governabilidade pró-imperialista. Frente à monumental crise capitalista, de extensão mundial, a burguesia como um todo se manteve alinhada em torno da candidatura de FHC, ou seja, da aliança de "centro direita".

A disputa entre covistas e malufistas, em São Paulo, expressou o conflito interno existente na aliança estratégica do PSDB com PFL etc. O mesmo ocorreu em vários estados.

Qual o conteúdo de tal disputa? Primeiro, trata-se de uma rixa interburguesa. Segundo, trata-se do empenho de cada partido da aliança

"centro direita" em se fortalecer nos estados para ter força no centro do governo federal. Terceiro, todos estavam sob o mesmo programa pró-imperialista ("neoliberal") da aliança estratégica.

Como se vê, covistas e malufistas estiveram unidos para derrotar a candidatura do PT/PDT. Ao se apoiar um contra o outro, o PT não fez senão fortalecer uma das alas da mesma estratégia pró-imperialista.

Mais ainda, o Maluf compareceu representando uma dissidência de direita nacionalista, eco do nacionalismo militar. Tanto é que acusou o PSDB paulista de ter entregue as estatais. E Covas? Compareceu como defensor da política traçada pela aliança nacional. Defendeu as privatizações etc. O PT, PCdoB etc, que tanto reclamam do neoliberalismo, da política econômica voltada para o capital financeiro etc, em nome do anti-malufismo, acabaram por apoiar um dos pilares da política neoliberal.



Mas o problema não pára aí. O fundamental é que tanto a direita seminacionalista (Maluf) quanto a direita francamente pró-imperialista (FHC, Covas) representavam a mesma aliança estratégica de apoio ao Plano Real. Sequer compareceu no espectro da política burguesa uma "esquerda nacionalista". O nacionalismo burguês foi considerado coisa do passado, pelo seu estatismo, protecionismo etc. O que quer dizer que todos os partidos, excetuando a esquerda centrista insignificante do ponto de vista eleitoral (PSTU etc), estiveram sob a batuta da estratégia pró-imperialista da burguesia. Isso explica por que o PT e sua frente "União do Povo" não tiveram a menor dificuldade em apoiar o PSDB no 2o turno.

Quando se fala que o malufismo representa a direita se quer dizer que é antidemocrático, resto do passado do regime militar. E o covismo seria a esquerda democrática do PSDB. Através desse critério, manipulado independentemente da situação geral das classes sociais e da aliança nacional entre tais frações, que inclui o PFL, o PT se mostra completamente dependente de uma das alas da política burguesa, que na atualidade se expressa nos Planos antinacionais e antipopulares.

A gravidade do colaboracionismo do PT está no fato deste controlar a CUT grande parte do movimento sindical. Reforça a presença da política patronal nas organizações de massa do proletariado e demais explorados. Essa influência amortece ou bloqueia a intervenção independente dos opri-

midos contra os ataques do governo burguês e contra sua linha de proteção aos interesses do capital internacional. O covismo, malufismo, carlismo (Antônio C. Magalhães) etc são variantes da política dos exploradores. Para soterrá-los é necessário que a classe operária não só negue apoio em sua disputas pelo poder como se organize contra a burguesia de conjunto através de um programa de destruição do capitalismo. Em lugar da colaboração de classe praticada pelo reformismo petista e estalinista, trata-se de desenvolver a luta de classes.

A derrota de Cristóvam Buarque

A derrota mais lamentada foi a de Cristóvam, em Brasília. Mais lamentada porque tanto a cúpula dirigente do PT ficou abalada quanto o PSDB, e o próprio FHC, insatisfeito. A unanimidade no lamento é explicável. Cristóvam era para a ala mais à direita do PT, incluído Lula, uma ponte com a ala do PSDB considerada mais autenticamente social-democrata (José Serra, Covas etc.), no sentido de assegurar a governabilidade e vir a constituir uma outra aliança de "centro-esquerda" no futuro próximo.

Diante da possibilidade de derrota para Roriz (PMDB), Cristóvam não teve dúvidas, recorreu até mesmo ao PFL, PTB etc. Propôs-lhes um acordo. Porém, mesmo com apoio explícito do PSDB, PFL etc, portanto do núcleo da aliança governamental que derrotou a União do Povo para presidência, perdeu.

Esse resultado prejudicou a estratégia de vir a constituir futuramente a aliança "centro-esquerda", desejada por uma parte da direção do PT e do PSDB. É verdade que alguns dirigentes petistas, a exemplo de José Dirceu, se assustaram com a ousadia de Cristóvam levar seu pragmatismo eleitoral até o PFL, considerado até então inimigo mortal do PT, ou seja, da oposição burguesa de esquerda. Mas enfim tudo foi aturado.

Para eles, não há por que se pôr limites infranqueáveis, já que a política de aliança ampla do PT pressupõe a inexistência de barreiras. Em Goiás, o PT tinha não só declarado apoio ao candidato do PSDB (Perillo) como se disposto a entrar na coligação, isso sabendo que a UDR de Ronaldo Caiado, que é a direita



Cristóvam fez um apoio "troca-troca" com Azevedo, de Minas. Ambos perderam.

latifundiária armada contra os sem-terra, também apoiava Berillo. O caso de Rondônia é mais exemplificativo da política petista: apoiou Raupp no 2o turno, que aliás perdeu. Qual o problema? Raupp simplesmente é responsável pelo massacre de Corumbiara. Assim, a noção de "direita" e "esquerda" no interior da política burguesa está bem turva.

Os reformistas do PT e seus aliados da frente popular assimilaram a idéia burguesa de que, com a restauração capitalista em curso na ex-União Soviética e com a anexação da Alemanha Oriental à Ocidental ("queda do muro de Berlin"), as definições ideológicas acabaram. Mesmo no campo de classe da burguesia, onde o PT definitivamente se alojou, a caracterização de direita e esquerda está de acordo com as conveniências. Os acontecimentos vão se encarregando de mostrar que o reformismo (o PT se propõe reformista, por isso se diz de esquerda) acaba se contaminando por todos os odores e cores (inclusive as de sangue) dos partidos da ordem capitalista.

Cristóvam Buarque era e é um bom camaleão para a política reformista. Nesse sentido, sua derrota é um obstáculo para os cálculos de tal da centro-esquerda. Mas isso o PT saberá resolver. É possível que a vitória de Itamar, em Minas, seja a dádiva que se esperava?

E o que dizer do PSTU, que apoiou Cristóvam Buarque na vitória e derrota? Só que agora, na derrota, apoio-o no segundo turno ao lado do PFL. Para os centristas isso não é problema. Têm resposta pronta: foi apoio crítico, seu apoio é diferente do do PFL (é apoio "de classe") e tratava-se de derrotar a direita peemedebista.



A vitória do PT no Rio Grande do Sul

O mais surpreendente para os aliados do governo FHC foi a vitória de Olívio Dutra. O derrotado Antônio Britto (PMDB) era um dos mais sólidos pontos de apoio a política pró-imperialista de FHC. A eleição, neste Estado, configurou uma divisão do eleitorado. No primeiro turno, Olívio venceu com a escassa margem de 0,48% dos votos válidos. No segundo, obteve a diferença de 1,56%.

O crescimento do PT no Rio Grande do Sul é extraordinário. Na primeira eleição, depois do fim do regime militar, 1982, o mesmo Olívio Dutra teve apenas 1,32%. Tamanha projeção, na recente eleição, se deve à trajetória política do PT no Estado e às consequências da política econômica "neoliberal" de FHC, rigorosamente implementada pelo PMDB de Britto.

Quando à trajetória, o PT dirige a prefeitura de Porto Alegre (capital do Estado) há três mandatos consecutivos, sendo que a primeira delas esteve sob a responsabilidade de Olívio. Isso significa que a administração petista da principal cidade do Rio Grande do Sul esteve e está adaptada aos interesses dos capitalistas regionais. Em nenhum momento tal direção municipal se comportou como oposição radical, para não dizer revolucionária, ao Estado burguês central. Ao mesmo tempo, o PT regional não deixou de ser crítico em palavras à determinadas medidas do Plano de estabilização de FHC. E de se apoiar nas suas consequências econômicas e sociais para demonstrar as críticas. Alguns exemplos: Opôs-se às privatizações, à doação de milhões para insta-

lação de empresas multinacionais (GM, Goodyear etc) e rechaçou a abertura total às importações e o fato do câmbio sobrevalorizado prejudicar as exportações. Como se pode ver, teve uma posição protecionista favorável aos setores agropecuários, agro-industriais e outros segmentos exportadores. Em relação a esse aspecto, contou ainda com a tradição nacionalista do brizolismo, que apoiou o PT no segundo turno.

Um outro elemento muito propagandeado pelo PT como uma de suas virtudes é o tal "Orçamento Participativo Estadual". O seu fundamento se resume na colaboração entre governo, empresários, políticos e trabalhadores para determinar a utilização dos recursos, de acordo com algumas prioridades. Não é preciso insistir que a denominada participação popular se resume a reconhecer as poucas condições orçamentárias para a gestão petista obter êxitos no combate à crise social. O colaboracionismo classista, enquanto pode obscurecer a luta de classes, agrada aos capitalistas e ilude as massas oprimidas.

Quando aos efeitos da política econômica de FHC/Britto, o PT procurou capitalizar tanto o descontentamento das massas, incluindo as camadas médias urbanas empobrecidas, quanto de setores burgueses. Mas o importante eleitoralmente foi o fato do PT ganhar confiança de setores da burguesia.

O jornalista Mário de Santi, de Porto Alegre, faz nesse sentido a seguinte consideração: "A novidade foram os votos de setores rurais, incluídos os grandes proprietários e segmentos da economia que perdem com o projeto de modernização do Estado". Cita, no interior do artigo, a análise do consultor político Paulo G.M.de Moura, que considera que "Britto pecou pela falta de capacidade de avaliar a reação conservadora da sociedade ao seu projeto (...)" frente ao "rompimento do modelo tradicional ancorado na agricultura e na indústria voltada para a exportação, que vinha perdendo competitividade."

Sem dúvida, a avaliação simpática do consultor quanto à "modernização" é pró-imperialista; e a crítica embutida à "reação conservadora" refere-se ao protecionismo burguês do setor atingido pela abertura econômica. É preciso clarear esse aspecto ideo-

lógico da disputa interburguesa para não se confundir com nossa análise. O que interessa é o fato concreto do PT obter apoio de um setor da burguesia, sem o qual não haveria "orçamento participativo" que desse vitória a Olívio Dutra. A burguesia regional se dividiu de acordo com os interesses afetados. É claro que expressou em escala ampliada os conflitos burgueses embutidos na crise geral do capitalismo e as respostas dadas pelo Estado.

Mas a explicação do apoio de grandes proprietários à Frente Popular não pára aí. Continua o artigo: "Britto parece ter subestimado também a competência do PT em estabelecer vínculos com segmentos da grande propriedade rural. E o que se viu foi um crescimento de Dutra nos grotões (...)" Os grotões a que se refere são: Bagé, Rosário, Alegrete, Uruguaiana, São Borja etc. Esse último aspecto da força eleitoral do PT é a mais importante, porque expõe a política pró-capitalista do reformismo, que se volta aos interesses de algumas das frações da burguesia afetada pelo andamento da crise e pelas medidas governamentais.

Forçosamente, coloca-se a pergunta de como os setores de grandes proprietários decidiu-se pelo PT se no Rio Grande do Sul a questão agrária é grave e o movimento camponês é forte. Ocorre que as administrações petistas de Porto Alegre demonstraram que os reformistas não lutam contra os grandes proprietários em geral. Não foram, assim, fator favorável à radicalização da luta de classe no campo. É provável que ajudaram a amenizá-la; na pior das hipóteses, permaneceram a distância. É bom acrescentar que a denominada "política agrária" do PT se resume a fixar metas de assentamento de acordo com a legalidade capitalista. Olívio Dutra e sua Frente Popular, incluído aí o PCdoB, não tomarão nenhuma medida antilatifúndio, que não seja compatível com a governabilidade burguesa. A implantação do Orçamento Participativo em nível estadual contará com os grandes proprietários que deram aval ao reformismo.

Os centristas de esquerda, como o PSTU, que apoiaram a Frente Popular no Rio Grande do Sul, não poderão se furtar da responsabilidade do que vier a acontecer no governo de Olívio Dutra.



Políciais e jagunços unidos contra canavieiros em greve

Cerca de 130 mil operários-canavieiros estão em greve, no estado de Pernambuco. Reivindicam reajuste de 31%. Os patrões oferecem 3,16%, ainda com a condição de aumentar a produtividade de 2,4 toneladas diárias para 3,2. O que significa aumentar a estafante jornada de trabalho. A contraproposta patronal é uma provocação. Mostra bem que os capitalistas pretendem usar a campanha salarial dos trabalhadores para aumentar ainda mais a superexploração.

Um canavieiro recebe 5,33 Reais por dia, caso colha as 2,4 toneladas. Vemos que se trabalhar 30 dias receberá míseros 150 Reais. Os 31% fariam os salários chegarem perto dos 200 Reais. A miséria permanecerá e os patrões continuarão a lucrar muito.

Os latifundiários alegam "crise financeira". Dizem que as usinas estão pagando apenas 16,70 Reais por tonelada, quando pagavam 21,80. Como se pode ver, os capitalistas jogam com os números e com seus problemas econômicos para manter o estado de miséria dos trabalhadores. Não se pode esquecer que boa parte das plantações pertencem aos próprios usineiros, que por sua vez também terão números para dizer que estão quebrados, que já não têm mais o Proálcool, que o preço açúcar está baixo, que os juros estão altos etc.

Mas tomemos os números utilizados. Recebe-se por tonelada 16,70 e paga-se ao cortador 5,33 Reais para 2,4 toneladas. Portanto, uma tonelada é colhida pelo valor-salário a 2,22 Reais. Mesmo que esses números sejam verdadeiros, apenas mostram o quanto os trabalhadores são explorados.

O fundamental dessa demonstração está em que os cortadores se matam de trabalhar e não recebem sequer para o seu sustento pessoal, que dirá então o de sua família. (O salário mínimo real não pode ser menor do que 1800 Reais.) E que, se os latifundiários não conseguem sobre-

viver economicamente sem esfolar os assalariados, então entreguem as terras para quem nela trabalha. Não farão isto. Nem mesmo o mísero reajuste pretendem dar.

Está aí por que o movimento operário deve partir de suas reivindicações elementares (emprego e salário) para chegar à luta pelo poder, chegar à expropriação da propriedade privada burguesa, transformando-a em coletiva. É preciso que as reivindicações econômicas estejam ligadas à luta anticapitalista.

A greve nem bem começou e os latifundiários recorreram às armas para combater os piquetes. Políciais e jagunços desfecham a violência reacionária da classe burguesa contra os explorados.

Para se enfrentar as armas dos latifundiários, é preciso organizar os piquetes armados.

No quarto dia de greve, políciais e jagunços mataram a tiro o operário Luiz C. da Silva e feriram uma dezena. Em tocaia, esperaram que o piquete chegasse perto dos canavieiros que trabalhavam no engenho Terra Rica, na Zona da Mata, para cercarem-no e abrirem fogo. É assim que os capitalistas sustentam seu regime de exploração e mantêm milhões nas condições de miséria.

Os políciais são a força legal repressiva do Estado e os jagunços são o braço armado particular de cada latifundiário. Na verdade, a polícia (e o exército) é o braço armado particular da classe burguesa de conjunto. Exército, polícia e jagunços formam o corpo militar do capital. Estão voltados a proteger a propriedade privada dos meios de produção, a assegurar a exploração do trabalho, manter a miséria e conter as greves, piquetes, ocupações.

A cada chacina de sem-terra, a cada assassinato de operários grevistas, é dever revolucionário mostrar aos trabalhadores o porquê da violência reacionária da burguesia. E por

que é necessário defender a violência revolucionária dos oprimidos. Concretamente, os organismos de massa, como os sindicatos, MST etc., devem constituir os comitês armados de autodefesa. Cada vez se torna mais difícil para o movimento dos explorados permanecer limitado a métodos pacíficos, que só facilitam a ação terrorista dos capitalistas. As assembléias devem discutir a formação dos comitês de autodefesa.

É frente a acontecimentos como os do engenho Terra Rica que fica clara a necessidade dos explorados se potenciarem na luta revolucionária. Caso contrário, os capitalistas continuarão a matar a bala ou de fome os que trabalham.

A burocracia sindical vai defender o pacifismo. Para os corrompidos, é cômoda essa posição. Estão de acordo com o capitalismo. O governo dirá que o armamento dos trabalhadores é subversão da ordem. Está cumprindo seu papel de manter a exploração à base da polícia e do exército: é a ditadura de classe da burguesia contra a maioria explorada.

De nossa parte, operários e camponeses deverão dizer que queremos sim destruir o capitalismo que nos destrói dia a dia. Frente à união da polícia com jagunços contra os grevistas, organizar os piquetes armados.

Nacional



Adquira com o distribuidor deste jornal:

Revista Socialismo Científico nº 6

60 anos da IV Internacional

Contém: Programa de Transição, Estalinismo e Bolchevismo, Discussões com Trotsky sobre o Programa de Transição, a campanha do POR em defesa dos 60 anos da IV e de seu programa, e outros.

A Superexploração dos canavieiros e a necessidade de uma direção revolucionária

Nacional

O proletariado rural é formado pelos trabalhadores produtivos da esfera material no campo. Possui duas camadas básicas, os assalariados permanentes e os temporários, além de abarcar os semiproletários rurais. Os assalariados permanentes são fixos nas propriedades agrícolas e sujeitos à mesma instabilidade do proletariado urbano, agravada pelo grau mais elevado de opressão social. Já os assalariados temporários se diferenciam por não vender sua força de trabalho a um mesmo capitalista, mas por migrar de fazenda em fazenda e viver em uma situação de insegurança e exploração muito maior.

Este é o caso de aproximadamente 230 mil bóias-frias da chamada "Califórnia brasileira", eficiente zona agrícola (principalmente canaveira e laranja) do nordeste paulista, composta de uns 80 Municípios ricos em terra roxa, e tendo como pólo regional a cidade de Ribeirão Preto. Essa próspera região produz anualmente cerca de 84 milhões de toneladas de cana, correspondente a 46% da produção estadual e 25% da nacional. O que resulta em 4,45 bilhões de litros de álcool e 4 milhões de toneladas do açúcar mais barato do mundo, com um custo de 190 dólares por tonelada produzida. Isto, graças a superexploração da mão de obra assalariada temporariamente.

A vida de bóia-fria nos canaviais paulistas não é fácil. Acorda de

madrugada e prepara a comida para comer mais tarde. Pela manhã, geralmente só café. Deixa sua casa pelas 5h30min, pega um ônibus velho até, em um entrocamento qualquer, encontrar o "gato", agenciador de trabalhadores, que lhe arranja uma "pega", ou seja, frente de corte selecionada pela usina para esse dia. Com o seu "podão", facão que usa para aparar as toras de cana, trabalha até escurecer para receber entre 6 e 10 reais por dia. Sob o olhar vigilante do "gato", enfrentando capim cortante e temendo encontrar alguma cobra escondida em buraco de tatu. No almoço, que muitas vezes é a primeira refeição, feijão, arroz, farinha com quiabo ou abobrinha. Carne, só nos dias que se seguem o pagamento. Nesta superexploração, não falta insolação, diarreia, cainbras e cortes profundos nas pernas e nos pés.

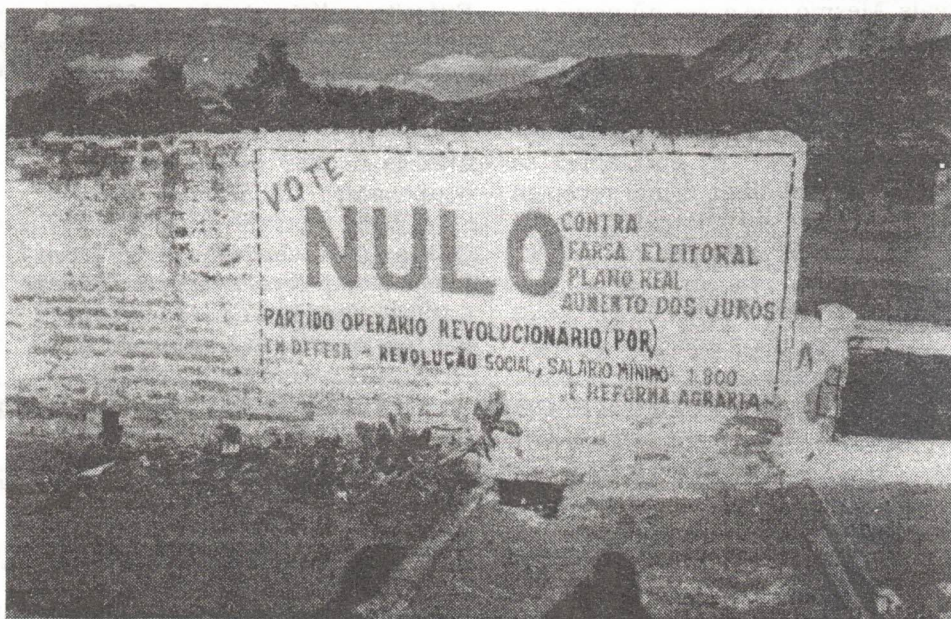
Mas, por incrível que pareça, a situação tende a piorar. Os usineiros, pressionados pela necessidade de aumentar sua taxa de lucros e pela crise capitalista, buscam, além de aumentar a exploração, poupar mão-de-obra por meio da mecanização. Uma colheitadeira substitui cerca de 88 trabalhadores, com uma jornada ininterrupta de 20 horas, durante a qual processa 800 toneladas de cana e já deposita a palhada sobre o terreno para protegê-lo e fertilizá-lo. Isso significa desemprego massivo e miséria na periferia das cidades para este exército de trabalhadores, composto basicamente de mineiros oriundos do

miserável Vale do Jequitinhonha.

Padecendo entre a superexploração e o fantasma do desemprego, falta uma direção revolucionária que organize e dirija este contingente do proletariado, o qual já deu no passado prova de incontestável combatividade. Como em maio de 1984, quando cerca de 10 mil entraram em greve contra os exploradores usineiros, o que ficou conhecido como o "levante de Guaribá", cidade distante 50 quilômetros de Ribeirão Preto. Houve saques, mortos e feridos, uma parcela, a mais decidida, conquistou uniformes, registro em carteira, horas-extras, comida quente e colocação de ônibus no lugar dos precários caminhões paus-de-arara.

Neste quadro, é fundamental a organização de uma fração revolucionária no campo, baseada em células clandestinas do Partido Operário Revolucionário nas usinas, capazes de orientar a resistência à exploração capitalista e tomar os sindicatos das mãos da burocracia sindical. É preciso lutar para estender as conquistas do proletariado urbano para o proletariado rural. E avançar para uma jornada de seis horas, um salário mínimo vital (1.800 reais), creches, sistema público de saúde e educação eficientes, o controle operário da produção e a expropriação das usinas, sob a estratégia do governo operário e camponês.

PAULO BARBOSA
08/10/98.



Pixação do POR no Rio Grande do Norte.



Crítica à tese da Articulação:

A Articulação apresenta a aguda crise da educação como particularidade do sistema educacional brasileiro, dada sua política neoliberal. Inicia com a seguinte colocação: "É no contexto da política neoliberal que se deteriora a situação do sistema educacional brasileiro". E acrescenta que "as opções dos sucessivos governos foram agravando suas deficiências de tal forma que hoje a crise é reconhecida por toda sociedade". Essas duas colocações são falsas.

A primeira, porque a crise educacional é parte da crise mundial do capitalismo. O neoliberalismo é a política dos países imperialistas para os países semicoloniais, como forma de descarregar a crise de superprodução e o acúmulo de capital parasitário sobre eles. Por isso, uma de suas consequências é a privatização dos serviços públicos, entre eles a educação. A crise histórica do capitalismo deteriora o sistema educacional em todos os países do mundo, porém, é claro, atinge mais violentamente aqueles países mais atrasados (semicoloniais). As manifestações estudantis na França por mais escolas e verbas para o ensino secundário exemplifica bem nossa colocação. Por outro lado, onde se implanta o neoliberalismo os efeitos desagregadores atingem em cheio a educação. O chamado neoliberalismo não é nada mais do que o aumento da taxa de exploração do trabalho e da opressão nacional. É daí que se converte em destruição dos serviços estatais e conquistas sociais.

A segunda, os reformistas da Articulação mostram que as "deficiências" do sistema educacional como um problema de "opções políticas de sucessivos governos". Ou seja, tratam a falência do ensino como se fosse deficiência de uma política e de governos. Isso para demonstrar que é possível corrigir as deficiências mudando a política dos governos. Extraí, assim, a educação da situação de decomposição geral do sistema capitalista.

A tese dos reformistas assenta na idéia de que é possível um florescimento da educação no interior do capitalismo, bastando reformá-la com uma política "voltada para os interesses dos trabalhadores". A Articulação falseia, pois esconde que a política dos governos expressa a realidade objetiva. E esta se assenta na desagregação do sistema de produção capitalista.

Partindo das teses reformistas, a diretoria da Apeoesp chega à conclu-

são de que o governo conduz mal a educação e que possível conduzi-la bem. Assim diz que: 1) A LDB "não especifica claramente as responsabilidades financeiras do Estado"; 2) "parece que continuaremos convivendo com uma escola pública que impede o acesso da maioria dos estudantes ao ensino superior e não prepara para o mundo do trabalho"; 3) A evasão e repetência permanecerão, pois existe "uma incapacidade da escola de assegurar o sucesso aos seus alunos" dado o "cerceamento aos direitos da cidadania e também num desperdício imenso dos já escassos recursos para a educação"; 4) Existe a deterioração das condições de trabalho e salário dos professores e faz uma comparação com os 488 reais do PEB1 com o piso do Dieese de 852,11; 5) A formação contínua dos professores está a serviço dos "interesses da equipe de plantão" e que é uma formação contínua "precisa contemplar espaço para atividades desenvolvidas por outros atores sociais com reconhecida idoneidade, dentre os quais inserem-se os sindicatos".

Como se vê, a orientação política dos reformistas vem no sentido de corrigir as possíveis distorções do sistema educacional e, dessa forma, conter as "deficiências" desse sistema. É evidente que para isso basta que se altere a "opção política dos governos".

Porém, essa política vai mais longe, quando diz que o movimento dos professores tem de responder a três desafios: 1) "...necessidade de que a sociedade brasileira construa uma nova educação pública, que seja capaz de preparar os cidadãos para uma atuação positiva, crítica e produtiva, e que também ofereça aos que trabalham nessa área condições dignas de trabalho, formação adequada e salários..."; 2) Dirige à entidade (sindicato) "é o de estar atenta às medidas que reorientam a educação, discutindo-as, questionando sua forma de elaboração, seus objetivos, métodos e condições de implantação...e formulando propostas alternativas"; 3) Trata-se do fortalecimento da Apeoesp, "oferecendo aos associados serviços e projetos que atendam as suas diversas expectativas e necessidades".

Em seguida, apresenta a "proposta alternativa" à reforma educacional do governo (municipalização e Fundef). Critica o governo de somente priorizar o ensino fundamental, criando para isso o Fundef para des-

tinhar o grosso das verbas públicas para esse nível de ensino. E levanta como alternativa a criação do "sistema único de educação básica". Tal sistema se coloca em oposição à política governamental de municipalização. Para isso, é preciso que: 1) "englobe todas as escolas de educação infantil, fundamental e médio, independente de serem municipais ou estaduais; 2) "seja sustentado pelos recursos vinculados constitucionalmente nas três esferas"; 3) "seja gerido democraticamente, com a participação dos vários segmentos organizados".

Diante da reforma privatista do governo, os reformistas da diretoria da Apeoesp propuseram a chamada alternativa. O grave dessa proposta é que admite ser possível melhorar a educação no Brasil, corrigir suas "deficiências", sem que haja transformações radicais na sociedade capitalista. Ilude com a idéia de que é viável corrigir os graves problemas educacionais administrativamente, isto é, contando com a vontade dos governos em criar uma gestão mais democrática dos miseráveis recursos constitucionais. Dessa forma, a crítica à reforma educacional do governo não é de essência. Refere-se apenas a seu caráter limitado e autoritário. A proposta de "sistema único de educação básica" tem como conteúdo central a idéia de que é preciso agrupar todos os recursos (federal, estaduais e municipais) para sustentar a educação básica, ou seja, até o final do segundo grau. A discordância com o governo está na forma como foi constituído o Fundef e para onde vai o recurso.

O "sistema único de educação básica" não defende a educação pública e gratuita em todos os

Educação



nível para a totalidade da população. O governo acena até o ensino fundamental e os reformistas esticam até o médio. Não se opõem à privatização da educação como essência da política governamental. Por isso, estão contra a bandeira de estatização do ensino em todos os níveis, sem indenização e sob o controle dos trabalhadores. O que mostra que estão juntos, pois tanto o governo quanto os reformistas não tocam na rede privada. A proposta da Articula-

ção é reacionária e não democrática. A tese da Corrente Proletária na Educação apresenta a reforma educacional do governo como parte das medidas imperialistas que vêm sendo implantadas no país. Aponta que a crise da educação é um reflexo da crise estrutural do capitalismo. E que a luta por uma escola única (único sistema de ensino estatal, sob o controle dos trabalhadores), pública, gratuita, laica, autônoma e enraizada na produção social se dará partindo das reivindicações mais elementares dos trabalhadores da educação, pais e

alunos e no choque contra o governo. Nesse sentido, é tarefa dos educadores buscar a unidade com o movimento operário e demais oprimidos, que estão alijados do acesso à escola gratuita em todos os níveis, para que possam tomar em suas mãos a tarefa de defesa do programa proletário e dos métodos próprios de luta. Apon-tamos, assim, que será através da revolução proletária que se implantará um novo sistema econômico (socialista), responsável por uma nova sociedade e uma nova escola.



O retorno da crise na PUC/SP

A Reitoria, neste final de ano, anunciou que a crise da PUC está de volta. Segundo ela, o déficit orçamentário cresceu e torna-se urgente tomar algumas medidas de saneamento. Quando o patrão pronuncia essa palavra, os trabalhadores logo prevêm a tormenta que virá. No caso, não só os funcionários e professores, mas também os estudantes.

Sanear significa suprimir conquistas sociais, rebaixar salários, demitir e aumentar a carga de trabalho. Para os estudantes, aumentar a mensalidade. Quanto à qualidade do ensino, aumentar o número de aluno por classe, intensificar a estafa do trabalho dos professores, reduzir seu tempo de estudo, cortar-lhes as bolsas etc.

Nas condições de crise capitalista, qualquer empresa deve tomar tais medidas para sobreviver, não importando o que acontece com a vida dos trabalhadores. Tratado-se da escola, não importa em que condições o ensino ocorrerá.

As semelhanças da PUC com a empresa capitalista torna-se transparente nestas horas. Mas a Reitoria ainda insiste no diferencial da PUC, com a

tal da Universitária comunitária sem objetivo de lucro. Um argumento usado em várias ocasiões de crise financeira. O problema volta com a mesma face. Os juros estão altos. O governo corta bolsas. Cresce a inadimplência estudantil. Como se vê, trata-se de uma seqüência de fatos típicos do capitalismo decadente.

O governo FHC precisa economizar para pagar os banqueiros e corta até mesmo os subsídios às escolas da Igreja. A classe média é arrojada e uma parcela se quebra, a ponto de não mais poder pagar os estudos. Qual então a saída da Reitoria? Descarregar a falência do ensino pago sobre os funcionários, professores e estudantes que ainda podem pagar, uma boa parcela ainda pertencente à camada arruinada da classe média.

O fato é que o problema da PUC é o de toda escola particular. Tem de funcionar como empresa lucrativa. O Estado vem desviado dinheiro público para sustentar uma parte dessa estrutura. As Confessionais foram, num determinado momento, privilegiadas por ostentarem o rótulo de não lucrativas, não empresariais. Mas a orientação do governo é reduzir os encargos com a educação, incluindo aí uma parte dos desvios para as particulares.

A idéia geral é esta: quem pode pagar a universidade estuda, quem não pode fica de fora. Isso está de acordo com a "filosofia" da propriedade privada e da sociedade de classe em crise.

A PUC vem aos poucos se encaixando neste pressuposto. Um dos primeiros passos foi colocar suas mensalidades de acordo com o mercado do ensino privado. Um outro: superlotar as classes e vincular o contrato de trabalho dos professores ao número de alunos (acima de 50). E assim por diante, a ponto de se recusar a manter conquistas sociais obtidas em acordos grevistas, tanto para

funcionários quanto para professores.

A nova ofensiva tem a promessa de ser mais dura. Reduz o direito a bolsas para os professores, pretende aumentar a jornada de trabalho, enfim fazer cortes profundos em direitos adquiridos. Em funcionários, vai ao ponto de propor corte salarial e extinguir cargos, demitindo seus ocupantes, claro que com o argumento de que só acontecerá nos casos em que o trabalhador não estiver qualificado para outras funções.

A máscara para tais medidas de administração capitalista é grosseira. Mas é importante citar o fato de que o governo e a burguesia dizem que se trata de qualificar os trabalhadores para as "novas condições de trabalho", quando na realidade os demitem porque o sistema de exploração já não mais necessita de uma parcela crescente. Quando estão desempregados é porque lhes falta qualificação. Quando são demitidos, a razão é a mesma. É com esse argumento que os bondosos cristãos pretendem enxugar o quadro de funcionários.

O mesmo fazem com o argumento da qualidade de ensino. Vivem defendendo a sua elevação, mas a todo momento tomam medidas contrárias à qualidade.

A resposta deve ser clara: não pagaremos pela crise do ensino privado. Defendemos o ensino público, gratuito e laico. Estatização de todo sistema particular, sem indenização. Aumento de verbas para a escola pública, de acordo com as necessidades reais. Controle da escola pelos trabalhadores e estudantes. Defesa das conquistas sociais. Fim do desemprego.

Cabe a Apropuc, Afapuc e Cas convocarem as assembléias. É preciso formar um comando unitário de mobilização e convocar uma assembléia unitária dos três setores. Ou será assim, ou se pagará caro pela crise do ensino particular.

O Partido e sua Organização

(Traduzido de G. Lora - Parte 2)

3. ORGANIZAÇÃO DA CÉLULA

Geralmente é um militante antigo, às vezes um organizador especializado, o que aproxima os militantes de uma fábrica ou local de trabalho e organizados em célula. Como elemento politizado e com experiência começará dirigindo a célula (às vezes incorre-se no erro de nomear um empolgado militante como dirigente, quando na prática esse lugar é ocupado pelo militante mais antigo) e encarregando outro para o cargo de distribuição da propaganda, o recebimento das vendas e das cotas. Esta direção da célula, em certa medida imposta de cima, terá duração breve, pois nem bem a nova organização começa a marchar e os militantes adquirem alguma prática em sua atividade diária, se deverá eleger, mediante voto, uma outra direção.

Dentro da concepção bolchevique, militante é o que está de acordo com o programa, trabalha no seio de uma célula e cotiza normalmente segundo sua renda, além de ler e distribuir a propaganda partidária. É na célula onde se efetivam estes requisitos imprescindíveis.

Com demasiada freqüência, e que incide negativamente no conjunto do Partido, ocorre quando se batiza com o nome de célula de militantes a grupos que não passam de agrupamentos de simpatizantes ou de amigos ocasionais, e que estão muito longe de cumprir com os requisitos assinalados acima, que são indispensáveis e primários para definir militantes e para diferenciá-los dos simpatizantes. Uma das conseqüências imediatas deste erro consiste em um trabalho imperfeito, negligente e indisciplinado. Começa-se por contemporizar com as faltas cometidas e há a inclinação a não exigir muito dos elementos que, inclusive, estão se definindo pelo Partido e que não sabem com precisão o que este busca e que métodos emprega. Não se quer lhes dar muitas tarefas e não se lhes impõem um rigoroso cumprimento das decisões, tudo para não quebrá-los prematuramente. Desta maneira o Partido converte-se em um organismo inoperante.

A célula de militantes deve observar, desde o seu nascimento, uma férrea disciplina (disciplina que está baseada em profunda convicção política e na necessidade de cumprir sem demora e em plenitude, as decisões adotadas depois de uma ampla discussão): acostumando as minorias e o elementos discrepantes a submeterem-se disciplinadamente às decisões majoritárias, e fazendo com cada membro cotize regularmente. Se os militantes de uma célula não podem suportar este tratamento, quer dizer que esta foi organizada prematuramente, antes da

devida preparação dos elementos que a conformam.

Outro erro que se comete consiste em dar em pequenas doses às células novas as informações que têm relação com a vida interna do Partido, com seus problemas vitais (às vezes não lhes passam os boletins internos ou os fragmentam, tudo para que ignorem as ásperas discussões). Se as células têm que decidir as questões organizativas e políticas, é claro que devem conhecer em detalhes os problemas que têm referência com o partido e discuti-los atentamente. A discussão interna, inclusive a revisão das discussões anteriores, é uma valiosa escola para lograr a superação dos militantes. Excetuando-se as questões conspirativas, cujo conhecimento está reservado aos grupos especializadas e a quem devem executá-las, não pode haver nada reservado em relação as células. Por outra parte, os militantes têm que aprender que não existe um partido político vivo sem problemas e dificuldades internas, e que para nós a democracia interna está longe de constituir só um enunciado para exportação, que na vida diária sabemos cumpri-la e suportar suas conseqüências. Constitui ponto a parte o fato de que corresponde à direção da célula dirigir e sistematizar o estudo e discussão dos boletins (exposição esquemática de seu conteúdo em relação com toda a disputa, por exemplo), documentos e demais proposições que têm concomitância com a vida interna partidária e com os problemas políticos em debate.

A célula se vincula com a direção imediatamente superior através de sua direção (ou do contato designado por esta) e lhe está proibido informar-se sobre o nome e endereço dos dirigentes e dos componentes de outras células. A coordenação do trabalho realiza-se pelo canal da direção superior.

Quando em uma fábrica, universidade, bairro etc., existem muitas células, elas constituirão uma direção da fábrica, universidade ou bairro, para coordenar e planificar o trabalho de todas as células do setor, observando sempre a recomendação feita acima. Constituir-se-ão direções setoriais, quando o trabalho celular se ampliar.

A célula ou direção setorial podem editar, com autorização da direção superior e sob sua vigilância, propaganda destinada a facilitar o trabalho do setor.

Se em uma fábrica ou lugar de trabalho há só um militante, deve ser incluído provisoriamente em outra célula de fábrica que funcione no lugar mais próximo, sendo ajudado para que ponha em pé sua própria organização partidária.

Obrigatoriamente os militantes ado-

tarão "nomes de guerra" (pseudônimos), guardarão em segredo a localização de seu domicílio e os trabalhos partidários que realizam, além de adotar todas as medidas de segurança pertinentes.

Para a distribuição de propaganda e documentação do Partido é preferível utilizar ônibus e evitar, no possível, sua repartição nas reuniões celulares.

4. TRABALHO COTIDIANO DA CÉLULA

A célula terá, de maneira rígida, reuniões regulares semanais, podendo também realizar outras em caso de emergência. Em períodos de clandestinidade, o local pode ser assinalado só momentos antes de iniciarem-se as reuniões. Marcar-se um encontro com os militantes em um determinado lugar e ali indica-se aonde devem ir (andando individualmente, não em pares, comprovando não ser seguido etc.). Para este encontro prévio e para a reunião se terão listas de álibis para desorientar a polícia em caso de necessidade. Os álibis serão preparados pelo encarregado. Informar-se-á aos militantes sobre as saídas do local, rotas de trânsito, de ônibus, planificar-se-á as formas de fugir em caso de perigo. A regra é salvar a maior quantidade possível de militantes em caso de repressão. Não devem se realizar reuniões em locais destinados a impressão ou armazenamento de material propagandístico. Não se deve esquecer que um militante não fichado constitui para o Partido um tesouro de inestimável valor. A célula deve por especial cuidado em não "queimar" alegremente seus efetivos.

Está terminantemente proibido (tanto no trabalho legal como clandestino) comentar o que é tratado nas reuniões

Movimento Operário



es de célula fora dela, ou divulgar as decisões e divergências internas, da mesma maneira que tampouco pode discutir-se os problemas partidários à margem da organização de base. Isto ajudará a eliminar radicalmente o compadrio como recurso político e que nada tem a ver com nossos hábitos de militantes revolucionários. O militante tem

a obrigação de difundir as idéias e consignas do Partido.

Em etapas de clandestinidade, os militantes estão proibidos de levar anotações (em código ou não), cartas comprometedoras, cadernetas de apontamento, publicações partidárias, documentos de identidade etc., principalmente quando se tratar de ir a reuniões da célula. O Partido só guardará documentos de discussão teórica ou política, e este material deve ser depositado em local seguro e que não ofereça suspeita alguma. No caso de enfrentamento com a polícia, os militantes não identificados podem negar que pertençam ao Partido. Contudo, a célula deve discutir, tendo em conta as circunstâncias políticas imperantes, a conduta a seguir em todos os casos e dar as instruções pertinentes.

A célula não deve ser substituída pelas chamadas escolas de quadros (na realidade, dão capacitação a elementos novos e simpatizantes) ou pelos ampliados, em que pese ofereçam menores obstáculos para seu verificativo, isto porque isolam os militantes da vida cotidiana partidária e dos problemas político-sindicais. As organizações não celulares dificultam ao extremo a militância e podem concluir reduzindo-a a zero.

A reunião da célula, que não deve empregar muitas horas, deve dividir seu tempo para tratar as seguintes questões:

1) balanço do trabalho realizado pela célula entre uma e outra reunião, crítica e autocrítica;

2) problemas do momento político;

3) problemas da fá-

brica ou local de trabalho, e atuação no seio dos sindicatos e das organizações de massa;

4) questões partidárias (trabalhos sugeridos pela direção, discussões internas, etc.);

5) capacitação teórico-política, se necessário podem destinar-se reuniões especiais para este ponto.

Aparentemente uma reunião resulta insuficiente para tratar tantas questões; é possível esgotar o temário se põe-se ordem nas decisões e se aproveitam devidamente os minutos. Tudo depende da habilidade, experiência e método que empregue o responsável por dirigir as discussões.

O tempo da reunião será dividido nas cinco partes da pauta, dando a cada uma a duração adequada conforme os problemas e documentos em mesa. O responsável apresentará o tema em um informe conciso, mostrando as facetas da discussão. Será determinado a cada orador utilizar uma determinada quantidade de minutos na primeira rodada da discussão e menos tempo na segunda, depois da qual se votará para adotar uma decisão. Ao final deve fixar-se a pauta da próxima reunião.

Não se trata só de discutir os problemas da fábrica, da política, do Partido, etc., senão de planificar o trabalho para efetivar as decisões adotadas. O balanço do trabalho da célula permitirá assinalar as deficiências na execução os erros dos acordos e as falhas cometidas pelos militantes em sua atuação. A crítica deste balanço permite evitar que os erros se repitam no futuro. O balanço é obrigatório e constitui um dos pilares da atividade partidária.

Devem dar-se tarefas a todos os militantes, o que supõe o estabelecimento de uma divisão de trabalho e o começo da especialização, por elementares que estas sejam. Referimo-nos a tarefas no trabalho material, no político e no de capacitação. Militante não é aquele que se limita assistir as reuniões (é claro que deve fazê-lo com toda pontualidade) senão o que participa no trabalho em equipe. Há que lutar a todo o momento contra a tendência de alguns camaradas de concentrar em suas mãos todas as tarefas e deixar o resto da militância sem nada a fazer, sem interessar-se na vida e problemas do Partido. Quanto mais se afina a divisão do trabalho e se aproveitam todas as aptidões dos militantes, aquele será melhor executado, poupando energia e tempo.

Não distribuir as tarefas é a melhor forma de marginalizar os militantes da vida partidária, obrigar-lhes a aborrecer-se e a concluir que não tem sentido a militância: os quebram por falta de atividade e de entusiasmo pelo trabalho coletivo. Não se trata de inventar incessantes tarefas sem sentido, estas são numerosas se tem-se em conta que se busca um trabalho aperfeiçoado da célula: ampliar a militância, aumentar a difusão do jornal, copiar e editar documentos, realizar campanhas financeiras e de outro tipo, conseguir

informações político-sindicais, cumprir trabalhos especiais etc. O trabalho diário (dedicar ao Partido algumas horas de maneira regular todos os dias) mantém vivo o interesse e liga o militante estreitamente à organização.

Uma célula de fábrica ou de um curso de universidade é relativamente homogênea, pelo menos pela uniformidade de interesses e preocupações de seus componentes, o que não ocorre tratando-se de um conglomerado de elementos de diferentes ocupações e que pertencem a diversos estratos sociais (excepcionalmente há células que correspondem a tal conglomerado). No entanto, resulta quase inevitável afrontar o problema do desnível em diferentes graus que apresentam os militantes em sua capacitação político-teórica e até em sua cultura.

Duas recomendações podem fazer-se a respeito:

1) no possível devem formar-se células com elementos da mesma ocupação, se isto não for possível não devem descuidar-se os problemas dos setores de nenhum dos militantes ;

2) serão feitos esforços para elevar o nível político-doutrinal dos mais atrasados, dando-lhes cursos especiais.

Uma célula que indefinidamente permanece com o mesmo número de militantes ou que, em lugar de crescer, vai perdendo paulatinamente seus membros, até que chega um dia em que deixa de funcionar, quer dizer que desde seu início levou um germe maligno que a foi destruindo internamente. Envelheceu por não ter se dado, desde o primeiro momento, o objetivo de crescer, de ampliar o âmbito da influência partidária. Os militantes que se conformam em reunir-se monotonamente uma vez por semana, olhando sempre os mesmos rostos, têm muito pouco que ver com a atividade revolucionária. Este vício deve ser energeticamente combatido.

A célula deve, em todas suas reuniões, planificar seu crescimento e realizar uma profunda autocrítica das conquistas e dos fracassos neste terreno. A célula atenderá a formação de grupos e outras células de militantes e simpatizantes, intervirá nas organizações paralelas e participará no nascimento e primeiros passos das células novas. Buscamos que uma célula dê origem a outras tantas quantos militantes tenha, quer dizer, que se converta em célula mãe e que por algum tempo, funcione como direção de um grupo de células. Os militantes têm que aprender esta atividade e serem treinados para cumpri-la devidamente.

Sem perda de tempo se detectarão os elementos com mais condições para trabalhos de organização e outras atividades especiais, neste último caso será a direção superior a encarregada de agrupá-los e dar-lhes adequada capacitação. Tratando-se da formação de organizadores, a célula lhes proporcionará uma educação adequada para que se superem, educação que deve se combinar sempre com trabalhos práticos de organização.



A Greve da General Motors Corp. expressou a agudização da crise capitalista

A greve na General Motors norte-americana expressa as tendências gerais da crise mundial e as respostas que a classe operária terá de dar.

Uma greve geral e resistente na GM

A direção do sindicato metalúrgico automobilístico, United Auto Workers (UAW), previu que a greve iniciada em 5 de junho seria longa, baseando-se evidentemente na determinação da GM de pôr em marcha seus planos de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho. De fato, foram 54 dias de paralisação. E só não foi mais longa - no quadragésimo dia, o próprio presidente do sindicato Stephen Yokich afirmava que poderia se estender até setembro - porque a burocracia sindical não suportou a pressão da patronal. Na crise de 1970, os trabalhadores da GM fizeram uma greve de 67 dias. Como se vê, a greve que se iniciou em 5 de junho quase chegou ao final de julho.

A resistência operária mostra a gravidade da situação e a disposição dos explorados em utilizar seus métodos próprios de combate.

O movimento começou nas fábricas de Flint, no estado de Michigan, atingindo inicialmente 9.200 operários, mas em seguida foi se estendendo para outras unidades, chegando a fechar 28 das 29 montadoras. (Gazeta Mercantil, 22 de julho). O artigo "Greve na GM afeta lançamento do novo modelo de picapes" (AP/Dow Jones e Bloomberg News,) narra assim: "Mas, a partir das 11 horas da última sexta-feira, cerca de 148.4 mil trabalhadores da Delfhi Automotive Systems, foram afetados pelas paralisações da United Automobile Workers (UAW), sindicato de metalúrgicos, em Flint, Michigan." (Gazeta M. 29/7).

Até mesmo as fábricas de caminhões, em Janesville, Wisconsin, e de picapes, em Shreveport, Wisconsin, que fabricam para a montadora japonesa Isuzu, foram envolvidas. O que também mostrou a grande extensão do movimento e o grau de disposição de luta dos metalúrgicos. Os trabalhadores norte-americanos estão vendo que os capitalistas vão golpeá-los duramente daqui para a frente em função da crise econômica e da necessidade de aumentar a taxa de exploração.

O porquê da greve

A imprensa deu a seguinte explicação: "Em tese, as greves contra a General Motors começaram em Flint ostensivamente por razões locais: regulamentos de trabalho nas fábricas, investimentos em equipamentos e segurança de trabalho. Mas o segundo item está indiretamente ligado ao que parece de fato estar na raiz da disputa: a crescente internacionalização das fábricas da companhia que reduz o emprego no setor dentro dos EUA." (Gazeta M., 22/7)

Uma greve de tal magnitude e em uma empresa automobilística do porte da GM (estima-se que responde por 1% do PIB norte-americano) não poderia ser devido a problemas de segurança de trabalho ou coisa que o valha. O fato é que a direção da GM está decidida a fazer mudanças que aumentem a produtividade e com isso a lucratividade. O resultado não se limitará ao aumento da exploração da força de trabalho (taxa de mais-valia), mas terminará por demitir em massa. O objetivo mais ambicioso do capitalista é enxugar os quadros, intensificar a produtividade e rebaixar o padrão salarial.

A GM está se preparando para enfrentar a disputa de mercado cada vez mais saturado e para se resguardar do vendaval mundial, que logo mais se manifestará nos EUA, o real epicentro da crise estrutural do capitalismo.

O articulista mostra com dados que a raiz do choque de classe é mesmo o da destruição de empregos. "Um operário médio da GM nos Estados Unidos, trabalhando seis dias por semana, pode fazer mais de 50 mil por ano. Um operário da fábrica de autopeças Delfhi (controlada pela GM) em Flint ganhava 22 por hora, há alguns anos, para produzir peças dos painéis dianteiros dos veículos, até que a empresa moveu a produção para o México, onde o trabalho é feito por US\$ 1.36 por hora."

Até pouco tempo atrás, ideólogos da burguesia advogavam que as multinacionais já não necessitavam de explorar a mão de obra barata nos países semicoloniais, bastando apenas as inovações tecnológicas via de

regra aplicadas nas metrópoles. A verdade é bem outra. A GM tem se utilizado amplamente das "maquiladoras". No México, construiu 50 fábricas de automóveis, caminhões e autopeças.

É claro que com a disputa acirrada com as demais empresas automobilísticas, destacando entre elas as japonesas, tornou-se impossível manter os operários norte-americanos com tal padrão diferencial. É mais vantajoso para sua lucratividade tercerizar e contratar mão-de-obra não sindicalizada.

A propósito, tais mudanças não se circunscrevem à GM. Em todos os setores, os capitalistas tratam de aplicar medidas que rebaixam salários e aumentam a produtividade.

O diretor da GM, John F. Smith Jr., responsável pelas estratégicas mudanças, tem em seus planos o fechamento de algumas fábricas, substituindo-as por unidades que não produzam integralmente os componentes e que utilizem de peças prontas. Poderá assim demitir uma parcela de operários cujo salários são considerados não compensadores para a lucratividade. O denominado projeto Blue Macaw (arara azul) tem a especificidade de receber dos fornecedores partes inteiramente montadas dos carros. Pressupõe-se que estejam nos cálculos de Smith o fechamento de quatro fábricas de es-

Internacional



tampagem nos Estados Unidos (Gazeta M.8 e 9/8).

No artigo "Greve na GM baixa crescimento do PIB em 0,5%", o jornalista Getúlio Bittencourt refere-se à aplicação do modelo adotado pela GM no Brasil. Diz: "Outro temor subjacente nas greves é o de que a GM tente

aplicar nas suas fábricas dos EUA as modernas técnicas japonesas empregadas nas fábricas que tem no Brasil e em outros países - e que são consideradas as mais lucrativas, eficientes e flexíveis da empresa. Quando a GM introduziu novos sedans médios nos EUA e, no Brasil há dois anos, a fábrica da Kansas City demorou sete meses para começar a produção do novo modelo; a fábrica brasileira fez o serviço em três meses" (Gazeta M. 22/7).

Fica então evidente que a greve metalúrgica foi uma reação aos planos de "substituição de várias fábricas antigas por novas instalações que usam métodos radicais de redução de custos de produção" (Gazeta M.8 e 9/8). Entretanto, o problema vai mais além de uma simples e específica questão salarial na GM. A indústria automobilística em geral enfrenta uma crise de superprodução. Estima-se que há um excedente mundial de mais de 30 milhões de veículos.

A acirrada concorrência no quadro de superprodução obriga as empresas a rebaixarem os preços. Os capitalistas não têm outro recurso senão atacarem a força de trabalho.

O significado da greve

No mundo todo os capitalistas estão acosados pela crise de superprodução e pelo agigantamento do parasitismo financeiro. A guerra comercial se combina com quebra-

deiras e processos de reconcentração de capitais, haja vista o impulso nas bilionárias fusões. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção está na base desse fenômeno. Trata-se do desenvolvimento de tendências desintegradoras da economia mundial. Nesta situação, não há outra via para o capitalismo a não ser esmagar as condições de vida dos trabalhadores. O projeto da GM de fechar fábricas e substituí-las por outras mais lucrativas é apenas um exemplo de ataque dos capitalistas aos assalariados.

O fato de atingir a maior montadora, sediada no coração do capitalismo mundial, e os operários reagirem em prolongada greve são um sintoma da crise econômico-financeira. Não se trata de um problema localizado na GM. A crise de superprodução e a tendência a queda da taxa de lucro atingem os principais ramos da produção, que comandam a economia mundial e incidem nos centros nervosos do capital financeiro.

A resposta dos metalúrgicos põe às claras as tendências de luta do proletariado norte-americano. A economia norte-americana tem se destacado nos últimos anos pela manutenção do crescimento econômico, em meio a estagnação dos demais países imperialistas e da economia mundial, o que lhe tem possibilitado manter o nível de emprego. Mas tudo indica que essa situação está se esgotando.

Com a crise se alastrando de país a país e de região a região, como indica o convulsivo continente asiático, logo envolverá o carro chefe do capitalismo mundial. É neste que se concentra a maior confluência das contradições da economia geral. O nível de emprego não mais poderá ser assegurado, o subemprego tende a se expandir e o desemprego disfarçado se revelará contundente. Tudo indica que a crise social nos Estados Unidos se agravará no próximo período.

Dos países imperialistas, é o que mais rebaixou o preço da força de trabalho. Está aí um dos segredos de sua recuperação da crise da década de 80. A espoliação da classe operária e demais trabalhadores é o cimento das vantagens do denominado "modelo norte-americano".

O estreitamento do mercado mundial, o arrefecimento do seu mercado interno, movido em parte por um grande endividamento da população, estimulada ao consumismo, e as quebras financeiras em curso compõem a situação da maior potência. No momento, está em foco a crise no Japão.

De fato, é na segunda economia do mundo que as forças produtivas em choque com as relações de produção se rebelam e se transformam em quebradeiras. Entretanto, a recessão, a instabilidade da moeda, as quebras e o desemprego em alta são expressão da economia capitalista mundial, e não do Japão isolado ou da região asiática em si.

Na soleira da desagregação do Japão estão os Estados Unidos. E será na base de comando do imperialismo que a crise se potencializará como crise mundial.

A greve da GM está expressando socialmente a profundidade da bancarrota internacional do capital. Não é por acaso que os capitalistas estão resistentes em atender a reivindicação dos metalúrgicos. Basta se ver que nem bem terminou a greve, os capitalistas da GM correram a declarar que não poderão abrir mão de seus objetivos de reestruturação produtiva e de flexibilização do trabalho. A burocracia dirigente da UAW admitiu o acordo que os trabalhadores aposentados não sejam substituídos por outros. Essa concessão não é suficiente para os interesses patronais. Está previsto para o próximo acordo de trabalho a retomada do objetivo da GM de fechar uma parte de suas fábricas.

A burocracia chegou a esse acordo temendo o aprofundamento da mobilização operária e os ataques do Estado burguês. Por detrás da greve da GM poderia estourar outros movimentos, como de fato ocorreu com os trabalhadores da construção civil que saíram em passeata em Manhattan e a greve dos telefônicos da Bell Atlantic. Dois movimentos que tiveram por motivo a flexibilização do trabalho, ou seja, demissão de mão de obra sindicalizada e substituição por não sindicalizada. Assim, o empenho dos capitalistas em limitar a greve da GM foi importante para que não servisse de exemplo ao conjunto do proletariado, de forma a não potencializar a luta de classes nos Estados Unidos e fora de suas fronteiras.

Mesmo que o acordo alcançado não tenha eliminado os perigos, o movimento obrigou os capitalistas a suspenderem temporariamente as medidas mais radicais. Os metalúrgicos terão de se preparar para um novo embate. Um embate que coloque a unidade proletária contra os ataques gerais ao conjunto dos explorados. O avanço da luta de classe no coração do capitalismo mundial é de grande importância para a classe operária internacional.



Fidel Castro, Fernando H. Cardoso e Lula

Na 8ª Cúpula Ibero-Americana, realizada na cidade do Porto, Portugal, Fidel Castro teve elogios a Fernando Henrique Cardoso. "Fidel chegou a chamar FHC de audaz e inteligente e fez um discurso com insinuações críticas à oposição brasileira" (Folha SP-21/10/98). Comentando esse fato, o jornalista Clovis Rossi fez a seguinte observação: "A esquerda (leia-se Lula) ficou indignada com os elogios de Fidel a Fernando Henrique Cardoso, e o próprio FHC não conseguia esconder o encanto com a catarata de louvações derramada sobre ele pelo líder cubano" (Folha SP-22/10).

De fato, houve essa indignação. Eis a resposta de Lula: "O modelo democrático de Cuba não é o modelo democrático que eu quero. Eu acho que é preciso que não tenha partido único, é preciso direito de greve" (Folha SP-21/10).

Estamos dando atenção a esse bate-boca na imprensa burguesa, porque até pouco tempo atrás o castrismo foi endeusado pelas esquerdas reformistas, estalinistas e foquistas. Agora, Fidel comparece defendendo FHC que representa um dos mais importantes sustentáculos da política pró-imperialista na América Latina.

O trotskismo, referimo-nos ao Partido Operário Revolucionário boliviano, desde sempre assinalou o caráter burocrático-totalitário do castrismo estalinizado e rechaçou seu aventureirismo foquista do passado. Fez a previsão de que sua política nacional-socialista conduziria à derrota das conquistas revolucionárias em Cuba e, portanto, à restauração capitalista.

O alinhamento de Fidel com FHC não traz nenhuma novidade. Quase

sempre Fidel procurou se aproximar dos governos capitalistas latino-americanos, acreditando poder assim quebrar o bloqueio norte-americano. A diferença é que via de regra tendia a se aconchegar aos governos nacionalistas ou sociais-democratas com inclinações populistas. Agora, se derrete diante dos pró-imperialistas.

A crítica de Fidel à "oposição brasileira", no caso refere-se mais precisamente ao PT, objetiva indicar que esta ainda não se ajoelhou o suficiente perante o neoliberalismo.

A resposta de Lula não rebateu o essencial da crítica de Fidel, que é seu alinhamento a posições pró-imperialistas, cujo principal significado não se referencia ao Brasil mas a Cuba. Ou seja, o regime de Fidel Castro assumiu a estratégia do imperialismo de restaurar o capitalismo na ilha. Certamente, Lula não poderia responder defendendo a revolução cubana contra a volta do capitalismo, apesar de ter dito "defensor da revolução cubana", porque não defende o programa da revolução proletária no Brasil. Mais do que isso: Lula é um defensor de um capitalismo reformado. Quando diz que não está de acordo com o modelo democrático de Cuba, porque este está marcado pelo partido único e pela inexistência do direito de greve, toma a questão do ponto de vista da democracia burguesa e não da democracia proletária. No Brasil, onde existe o "modelo democrático" defendido por Lula, pois existem vários partidos e um calendário eleitoral, vemos que direito de greve não existe. E sobre os vários partidos? Vemos que impera o poder econômico. Os partidos desse "modelo democrático" expressam a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria explorada.

O problema do totalitarismo burocrático no Estado Operário é que, ao eliminar a democracia proletária, abre caminho para a restauração capitalista. O que quer dizer a volta da ditadura de classe da burguesia, que pode ser exercida por vários partidos ou por um tipo de regime militar, a exemplo do que já tivemos no Brasil. Criticar o regime de partido único e de proibição do direito de greve para defender a democracia capitalista é reacionarismo. De um lado, desconhece as razões históricas da degeneração burocrática do Estado Operário pelo castro/estalinismo; de outro, combate-o com as armas do capitalismo.

O POR rechaça o apoio de Castro ao governo brasileiro e defende a unidade operária e camponesa latino-americana no sentido da revolução socialista internacional. Tem por estratégia a revolução e ditadura proletárias e por tática a frente única antiimperialista. Não ao totalitarismo estalinista restaurador do capitalismo e muito menos a ditadura da burguesia exercida ou não pela democracia. Sim ao Internacionalismo e democracia proletárias.

Internacional



Argentina:

Pelo fim da repressão na PAMI, readmissão dos demitidos e não à privatização

Os trabalhadores da PAMI, setor de saúde, estão sendo golpeados pelo governo. Com a privatização, houve reação. Em resposta à luta, a administração demitiu Adrián de Paúl e Marina Noriega, identificados como líderes da luta. Em seguida, ampliou-se as demissões. Como se vê, a política pró-imperialista de Menem é a mesma de FHC. Assimilam a orientação das potências e descarregam a crise capitalista sobre os trabalhadores. No caso da PAMI, trata-se da mercantilização da saúde. Também está ocorrendo o mesmo no Brasil. Contra os ataques aos lutadores, o POR argentino lançou um chamado internacional às correntes políticas e organizações sindicais. Somamo-nos a essa campanha, denunciando as demissões e colhendo moções dos sindicatos em favor da readmissão imediatas de Adrián e demais companheiros, bem como contra a privatização.

Pinochet: Quem deve julgar o genocida?

A detenção pela justiça inglesa do genocida Augusto Pinochet trouxe à tona o golpe militar contra o governo Salvador Allende e o assassinato de milhares de militantes. Incluídos entre eles estavam uma centena de es-

trangeiros. Tanto é que a detenção de Pinochet pelo governo inglês se deveu a um pedido da Justiça espanhola, que tem em suas mãos dados sobre 94 mortes e torturas praticadas pela ditadura militar pinochetista.

Como não poderia deixar de ser, a prisão do assassino criou um clima de apoio ao governo britânico e espanhol.

No Chile, o fato se transformou numa crise política. De um lado, explodiu o sentimento antiditatorial em meio à população, que sofreu as consequências da ditadura sanguinária, apoiando a detenção; de outro, os partidários de Pinochet mostraram-se atuantes, saindo em manifestação pela libertação do general. Os parlamentares pinochetistas acusaram a Inglaterra de quebrar a soberania do Chile.

O governo dito democrático de Eduardo Frei (democrata-cristão), na verdade de conciliação com os militares genocidas e seus partidários, encontra-se sobre tremenda pressão dos militares. Acabou por implorar ao governo inglês a liberação de Pinochet. Chegou a fazer a tentativa de obter a adesão de FHC, patrocinada por Carlos Menem da Argentina. O governo democrata-cristão alegou motivos "humanitários", considerando a doença que levou o genocida à Inglaterra. FHC desconversou e procurou abafar a repercussão dos fatos, uma espécie de neutra-



lidade.

A oposição parlamentar, PT, PSB, PDT e PCdoB, redigiu um documento de apoio à decisão do governo britânico, entregando-o ao embaixador Donald Keith Haskell.

Não faltaram argumentos no sentido de que o golpe militar de 73 foi patrocinado pelo governo norte-americano. E que este deveria se posicionar frente ao processo da Justiça espanhola. O governo Clinton simplesmente ignorou a detenção, pelo menos publicamente.

Evidentemente, o golpe de 11 de setembro de 1973 foi planejado desde fora do Chile, pelo imperialismo. Os partidários de Pinochet com certeza não consideram esse fato como quebra de soberania.

Mas todos esses posicionamentos pró e contras ao aprisionamento do ditador devem ser vistos sob a ótica de quem tem de julgar o ditador e quem de fato tem interesse de encarar historicamente os acontecimentos que envolveram a contra-revolução pinochetista. Nosso ponto de partida é que nenhum governo burguês punirá Pinochet e seus asseclas. O golpe fascista foi dirigido contra o proletariado e as massas camponesas chilenas. O massacre de milhares foi consequência da contra-revolução destinada a manter o capitalismo no Chile e a sustentar sua subordinação às potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos. Embora o governo "socialista" de Allende e sua frente popular fossem pró-capitalistas, não passando de uma variante social-democrata do espectro partidário chileno, acabou sendo uma ameaça aos interesses da burguesia internacional por estar sobre intensa

pressão da luta de classes. Como se vê, o golpe militar recaiu inteiramente sobre os oprimidos.

Portanto, quem deve punir Pinochet são os explorados. Para isso, é necessário se constituir um movimento pela formação de um tribunal popular, totalmente independente do Estado e que qualquer fração da burguesia, nacional ou estrangeira. Defendemos sim a soberania do Chile contra as leis internacionais constituídas pelo imperialismo. A burguesia inglesa, espanhola, francesa, suíça, representada em seus Estados, são também responsáveis pela contra-revolução pinochetista. Não é por acaso que pretendem atribuir toda responsabilidade do genocídio ao general, como esse não fosse de responsabilidade de toda burguesia chilena, do seu exército e do imperialismo. A prisão de Pinochet é uma farsa. Os genocídios provocados pelo imperialismo inglês, espanhol, francês, norte-americano etc empalidecem o massacre no Chile.

O proletariado tem de lutar pela punição de Pinochet como parte da luta de classe contra a burguesia chilena e seu Estado. Como parte da luta anticapitalista e antiimperialista. Não deve apoiar o governo inglês. Deve constituir o tribunal Popular e exigir que Pinochet seja entregue ao Chile para ser julgado pelas massas exploradas. Deve sair às ruas e dizer: o julgamento de Pinochet cabe aos explorados chilenos. Julgaremos não só o general, mas todos os responsáveis pela violência reacionária do Estado e pelos planejadores imperialistas. Trata-se de um julgamento de classe e histórico.

